

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	VII
<i>Prefácio</i>	IX

1 PRINCÍPIOS DO DIREITO CONTRATUAL NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: AU- TONOMIA PRIVADA E BOA-FÉ. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A SUA HARMONIZAÇÃO

Luís Renato Ferreira da Silva

1.1 A posição do consumidor em face das relações contratuais ...	3
1.2 A autonomia privada no âmbito das relações de consumo..	6
1.3 O princípio da boa-fé objetiva nos contratos de consumo.	14
1.4 A boa-fé e o equilíbrio contratual	25
1.5 O ponto a ponderar diante da presente discussão	29
<i>Referências</i>	31

2 OFERTA E PUBLICIDADE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Adalberto Pasqualotto

2.1 Introdução	35
2.2 Oferta	36
2.2.1 Oferta como negócio jurídico unilateral	38
2.2.2 Oferta como negócio bilateral	41
2.2.3 Solução principiológica	43

XIII

2.2.4 Soluções extranegociais	44
2.2.5 A oferta no CDC e a lógica econômica do mercado.....	49
2.2.6 O vínculo precede a obrigação.....	51
2.2.7 Diferença entre promessa ao público e oferta ao público	52
2.2.8 A diferença na coletividade e na indeterminação do aceitante	53
2.2.9 Contratos automatizados	54
2.2.10 O princípio da dignidade	57
2.3 Publicidade	58
2.3.1 Conceito	59
2.3.2 Requisitos de licitude	62
2.3.3 Publicidade enganosa	66
2.3.4 Publicidade abusiva	69
2.3.5 Contrapropaganda.....	70
2.3.6 Legitimidade ativa e passiva	71
2.4 Conclusão.....	72
<i>Referências</i>	73

XIV

3 CONTRATO DE ADESÃO E A RACIONALIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO E CONTRATAÇÃO

Wanderley Fernandes

3.1 Introdução	79
3.2 Racionalização da atividade econômica.....	81
3.3 O contexto em que nasce o contrato de adesão.....	91
3.4 O conceito de contrato de adesão	95
3.5 A proteção legal.....	102
3.6 Conclusão.....	109
<i>Referências</i>	111

4 CONTROLE DAS CLÁUSULAS ABUSIVAS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR: UM EXEMPLO DE DIRIGISMO CONTRATUAL NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO

Eneas de Oliveira Matos

4.1 Introdução	115
4.2 Do conceito amplo de liberdade contratual até a sua decadência e o dirigismo contratual	120
4.3 Intervenção estatal na liberdade contratual: dirigismo contratual	127
4.4 Aspectos do dirigismo contratual no direito positivo brasileiro	131
4.5 Código de Defesa do Consumidor: um caso paradigmático de dirigismo contratual.....	132
4.5.1 Controle das cláusulas abusivas no direito positivo brasileiro	136
4.5.2 Critério para verificação das cláusulas abusivas.....	147
4.5.3 Efeitos	150
4.5.4 Dano moral por cláusula abusiva?	152
4.6 Conclusão: função social do contrato e das cláusulas abusivas.....	159
Referências	165

5 PRÁTICAS ABUSIVAS, COBRANÇAS DE DÍVIDAS E CADASTROS DE CONSUMO

Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer

5.1 Definição de práticas abusivas.....	173
5.2 Relação de consumo como pressuposto da configuração da prática abusiva	174
5.2.1 Conceito de consumidor.....	174
5.2.2 Conceito de fornecedor.....	178
5.3 Espécies de práticas abusivas	179

5.3.1 Venda casada	180
5.3.1.1 Venda casada no CDC	180
5.3.1.2 Venda casada na Lei de Proteção à Concorrência.....	185
5.3.1.3 Distinção da venda casada no CDC e na Lei n. 8884/94	191
5.3.1.4 Venda casada como crime contra a ordem econômica	194
5.3.2 Recusa de venda	195
5.3.3 Envio de produto ou prestação de serviço sem solicitação prévia.....	197
5.3.4 Exploração da hipossuficiência do consumidor ...	199
5.3.5 Execução de serviço sem prévio orçamento.....	200
5.3.6 Informação depreciativa sobre o consumidor	204
5.3.7 Desrespeito às normas técnicas	206
5.3.8 Elevação de preço sem justa causa.....	213
5.3.9 Exigência de vantagem excessiva	214
5.3.10 Falta de estipulação de prazo.....	215
5.3.11 Índice de reajuste diverso da lei ou do contrato ...	216
5.3.12 Preço superior ao tabelado	218
5.4 Da cobrança de dívidas	221
5.4.1 Exposição ao ridículo, constrangimento e ameaça..	222
5.4.2 Interferência no trabalho, descanso ou lazer do consumidor.....	228
5.4.3 Devolução em dobro da cobrança indevida	229
5.4.4 Peculiaridades do regime do CDC e do CC.....	232
5.5 Bancos de dados de proteção ao crédito	234
5.5.1 Requisitos para a validade do registro	236
5.5.1.1 Direito à qualidade das informações registradas	236
5.5.1.2 Direito à prévia comunicação.....	238

5.5.1.3 Direito ao acesso dos dados e sua retificação.....	238
5.5.1.4 Direito à limitação temporal do registro ..	239
5.5.2 Responsabilidade civil pelo registro indevido.....	241
5.6 Cadastros de reclamação fundamentada	245
<i>Referências</i>	249

6 SUPERPOSIÇÃO DE CONTRATOS

Vera Maria Jacob de Fradera

6.1 Introdução	255
6.2 As divergências entre os contratos do Código Civil de 2002 e os “contatos” no Código de Defesa do Consumidor de 1990	259
6.2.1 A relação contratual – uma expressão da autonomia privada, em razão da liberdade e da igualdade; seus fundamentos	259
6.2.1.1 O conceito de contrato no âmbito do Código Civil de 1916	260
6.2.1.2 O conceito de contrato no Código Civil de 2002.....	264
6.2.1.3 A estrutura do contrato	265
6.2.2 A relação de consumo, um contato social dotado de efeitos jurídicos	271
6.3 As convergências entre os contratos do Código Civil de 2002 e os contatos do Código de Proteção ao Consumidor: soluções possíveis	278
6.3.1 O critério da vulnerabilidade da parte como uma das fórmulas a delimitar as fronteiras entre a relação civil e a consumerista.....	280
6.3.2 Aplicação do princípio segundo o qual a norma geral não derroga a especial, quando estabelece disposições gerais ou especiais a par das já existentes: o exemplo do contrato de serviços no	

Código Civil de 2002 e no Código de Defesa do Consumidor	285
6.4 Conclusão.....	287
Referências	288

7 RESPONSABILIDADE CIVIL POR ACIDENTES DE CONSUMO

Paulo de Tarso Vieira Sanseverino

7.1 Introdução	297
7.2 Pressupostos da responsabilidade civil por acidentes de consumo.....	302
7.2.1 Defeito	303
7.2.2 Imputação ao fornecedor	308
7.2.2.1 Fundamentos da responsabilidade por acidentes de consumo	308
7.2.2.2 Fornecedores responsáveis.....	310
7.2.3 Dano	315
7.2.3.1 Conceito básico de consumidor	315
7.2.3.2 Reparação integral dos danos sofridos pelos consumidores	316
7.2.4 Nexo de causalidade	318
7.3 Defesa do fornecedor.....	319
7.3.1 Não-colocação do produto no mercado	319
7.3.2 Inexistência de defeito do produto ou do serviço ...	320
7.3.3 Culpa exclusiva da vítima.....	321
7.3.4 Fato exclusivo de terceiro.....	324
7.3.5 Caso fortuito e força maior	327
7.3.6 Eximente dos riscos do desenvolvimento.....	332
7.3.7 Prescrição	338

7.4 Conclusão.....	342
<i>Referências</i>	342

8 CONTRATOS DE CONSUMO E O ÔNUS DA PROVA

Ada Pellegrini Grinover

8.1 Prova e certeza.....	349
8.2 Incerteza e ônus da prova	350
8.3 A inversão do ônus da prova no Código do Consumidor	352
8.4 A carga dinâmica da prova.....	358
<i>Referências</i>	359

9 ALGUNS TEMAS PONTUAIS EM DIREITO DO CONSUMIDOR

Nelcina Conceição de Oliveira Tropardi

9.1 Introdução.....	363
9.2 A caracterização do consumidor pessoa jurídica em decisões judiciais	363
9.3 A aplicação da sistemática probatória prevista no Código de Defesa do Consumidor.....	377
9.4 O atendimento prestado aos consumidores pelos serviços de atendimento e as demandas judiciais	388
9.5 A utilização do dever de informar como estratégia de defesa nas demandas promovidas por consumidores	394
<i>Referências</i>	407